

A.I. N.º - 269112.0158/06-2
AUTUADO - SENA ODEBRECHT COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - ADRIANO TOSTO DOS SANTOS SILVA
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 05/12/2006

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0361-05/06

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Rejeitada a preliminar de nulidade. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 03/08/06, refere-se à aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa, exigindo-se a multa no valor de R\$ 690,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

O autuado apresenta impugnação, à fl. 17, dizendo que possui talão de notas fiscais modelo D-1, desde 08/09/05, conforme AIDF nº 99410220362005, com prazo de validade até 28/07/07. Ao final, entendendo que está regular perante a SEFAZ, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fls. 25/26), mantém a autuação, inicialmente esclarecendo que a ação fiscal que culminou com o Auto de Infração decorreu da Denúncia de nº 12.214/06, na qual o denunciante informa que o estabelecimento se negou a fornecer a nota fiscal referente à compra.

Aduz que em diligência ao estabelecimento denunciado ficou constatado, através da auditoria de caixa realizada, um resultado positivo (credor) no valor de R\$ 405,20. Nessas circunstâncias, expõe que fica caracterizada a venda de mercadorias sem a devida emissão da documentação fiscal correspondente. Transcreve o §3º, do art. 2º, o art.142, VII, e o art. 201, I, do RICMS/97, para embasar a autuação. Ao final, citando ainda os artigos 123 e 143, do RPAF/99, diz que o contribuinte não comprovou a improcedência da autuação.

VOTO

O presente Auto de Infração refere-se à aplicação de multa pela falta de emissão de notas fiscais de saídas de mercadorias nas vendas a consumidor, apurado através de Auditoria de Caixa.

De acordo com os documentos anexados pelo autuante, entendo que ficou comprovado o acerto da ação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 08, com a assinatura do representante da empresa autuada, constatou diferença positiva no valor de R\$ 405,20, servindo como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF, tendo em vista que tal diferença corresponde a venda de mercadorias sem a emissão da documentação fiscal exigível.

O autuado alegou que possui talão de notas fiscais modelo D-1, desde 08/09/05, conforme AIDF nº 99410220362005, com prazo de validade até 28/07/07, entendendo que está regular perante a SEFAZ.

Todavia, apesar do contribuinte estar regularmente inscrito e possuir talonário de notas fiscais, o que ficou evidenciado na situação em exame foi exatamente a falta de emissão dos mencionados documentos em operações de vendas de mercadorias a consumidor final, apurado através de Auditoria de Caixa, o que ensejou a aplicação da multa disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Portanto, entendo correto o procedimento fiscal ressaltando, ainda, que foi emitida a nota fiscal nº 0091 (fl. 05), referente ao saldo positivo encontrado na auditoria de caixa, comprovando o procedimento irregular do contribuinte.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **269112.0158/06-2**, lavrado contra **SENA ODEBRECHT COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios estabelecidos a partir da Lei de nº 9837/05

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de novembro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - JULGADOR